

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.378 - SP (2019/0185861-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : ETIVALDO VADÃO GOMES  
**RECORRENTE** : CÉLIA REGINA MOLINA  
**ADVOGADOS** : JORGE HENRIQUE MATTAR E OUTRO(S) - SP184114  
GABY CATANA - SP202347  
**RECORRIDO** : TREND BANK S/A BANCO DE FOMENTO  
**ADVOGADOS** : DELSON PETRONI JUNIOR - SP026837  
ANTONIO MARCELLO VON USLAR PETRONI E OUTRO(S) -  
SP153809  
**INTERES.** : FRIGIOESTRELA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por ETIVALDO VADÃO GOMES E OUTRO, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 115, e-STJ):

Agravo de instrumento execução de título extrajudicial expedição de ofícios visando à localização de plano de previdência privada, seguro de vida resgatável, fundos de investimentos e aplicações financeiras em nome dos executados impenhorabilidade do saldo de previdência privada e seguro de vida resgatável que deve ser aferida caso a caso – requisição de informação sobre a existência ou não de plano de previdência privada admissibilidade transferência de valores que, por ora, deve ser sobrestada valores depositados em fundo de investimento e aplicações financeiras inviabilidade da interpretação extensiva do art. 833, X, do Código de Processo Civil impenhorabilidade que alcança, tão somente, os valores localizados em contas de poupança - recurso parcialmente provido.

Nas razões do apelo extremo (fls. 123-140, e-STJ), os recorrentes apontam violação ao artigo 833, X, do CPC/15, ao argumento de que "*a regra da impenhorabilidade deve atender as reservas monetárias de qualquer natureza, respeitado o limite legal de 40 (quarenta) salários mínimos.*" (fl. 133, e-STJ), não podendo se limitar aos valores depositados na poupança.

Contrarrazões às fls. 157-172, e-STJ.

Inadmitido o recurso na origem, fora interposto o competente agravo, o qual fora provido para o melhor exame da controvérsia, por meio da decisão de fls. 216-217, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

**1.** Cinge-se a controvérsia acerca da aplicação da regra da impenhorabilidade de 40 salários mínimos (art. 833, X, CPC) às aplicações financeiras de qualquer natureza.

Os recorrentes sustentam que a regra da impenhorabilidade deve atender as reservas monetárias de qualquer natureza, respeitado o limite legal de 40 (quarenta) salários mínimos, não podendo se limitar aos valores depositados na poupança.

O Tribunal local, por sua vez, assim decidiu:

No mais, não prospera a alegada impenhorabilidade das quantias de até 40 (quarenta) salários mínimos depositadas em aplicações financeiras e fundo de investimento, uma vez que “o art. 649, X, do CPC, não admite interpretação extensiva, de modo a abarcar outras modalidades de aplicação financeira, de maior risco e rentabilidade, que não detêm o caráter alimentício da caderneta de poupança, sendo voltados para valores mais expressivos e/ou menos comprometidos, destacados daqueles vinculados à subsistência mensal do titular e sua família. Essas aplicações visam necessidades e interesses de menor preeminência (ainda que de elevada importância), como aquisição de bens duráveis, inclusive imóveis, ou uma previdência informal (não oficial) de longo prazo” (Superior Tribunal de Justiça, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Recurso Especial nº 1.330.567 - RS, julgado em 16 de maio de 2013).

[...]

Nota-se que a inteligência do art. 649, X do Código de Processo Civil de 1973 foi reproduzida no art. 833, X da lei de rito em vigor, que faz expressa menção à caderneta de poupança, sem estender a impenhorabilidade a outras espécies de aplicações financeiras.

A esse passo, não merece reforma a r. decisão guerreada ao determinar a pesquisa desses ativos e depósito em conta judicial de eventuais valores localizados, sem ressalva de limites. (fls. 117-118, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, o acórdão recorrido - no ponto - destoa da recente orientação desta Corte acerca da matéria, segundo a qual *a abrangência da regra do art. 833, inciso X, do CPC/2015 se estende a todos os numerários poupados pela parte executada, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, não importando se depositados em poupança, em conta-corrente, fundos de investimento ou guardados em papel-moeda, autorizando as instâncias ordinárias a identificarem, no caso concreto, eventual abuso do direito, a afastar a garantia da impenhorabilidade.*

Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À PENHORA. **IMPENHORABILIDADE DE VALOR DE ATÉ 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS MANTIDO EM CONTA BANCÁRIA.** AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CARÁTER ESSENCIAL PARA MANUTENÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, *"reveste-se de impenhorabilidade a quantia de até quarenta salários mínimos poupada, seja ela mantida em papel moeda, conta-corrente ou aplicada em caderneta de poupança propriamente dita, CDB, RDB ou em fundo de investimentos, desde que a única reserva monetária em nome do recorrente, e ressalvado eventual abuso, má-fé ou fraude, a ser verificado caso a caso, de acordo com as circunstâncias do caso concreto (inciso X)"* (REsp 1.230.060/PR, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/8/2014, DJe de 29/8/2014). [...] 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no

REsp 1833911/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 17/02/2020) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA EM CONTA-CORRENTE. INCIDÊNCIA SOBRE INDENIZAÇÃO TRABALHISTA. NATUREZA ALIMENTAR VISLUMBRADA, PORÉM, NÃO DE MANEIRA ABSOLUTA. APLICAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 649, X, DO CPC/1973. IMPENHORABILIDADE ASSEGURADA ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. ACÓRDÃO RECORRIDO MANTIDO SOB PENA DE REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO DESPROVIDO. 1. A Segunda Seção firmou o entendimento de que a remuneração protegida pela regra da impenhorabilidade é a última percebida - a do último mês vencido - e, mesmo assim, sem poder ultrapassar o teto constitucional referente à remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Após esse período, eventuais sobras perdem tal proteção (REsp n. 1.230.060/PR, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 29/8/2014). 2. Sob esse enfoque, a regra da impenhorabilidade pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se bloqueie parte da verba remuneratória, preservando-se o suficiente para garantir a manutenção do devedor e de sua família. 3. Em relação a valor obtido a título de indenização trabalhista, dentro da qual se inclui o FGTS, ficou decidido, também, no precedente acima mencionado, que **a interpretação a ser dada ao art. 649, X, do CPC/1973 deve ser extensiva, de modo a assegurar a impenhorabilidade sobre a quantia de até quarenta salários mínimos, seja ela mantida em conta-corrente, aplicada em caderneta de poupança propriamente dita ou em fundo de investimentos**, ressalvado eventual abuso, má-fé, ou fraude, a ser verificado caso a caso, de acordo com as circunstâncias da situação concreta em julgamento. [6. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1540155/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VALORES BLOQUEADOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. IMPENHORABILIDADE. ART. 649, INCISO X, DO CPC. ALCANCE. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. MÁ-FÉ NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. "É possível ao devedor, para viabilizar seu sustento digno e de sua família, poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda." (REsp 1340120/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 19/12/2014). 2. **"Reveste-se, todavia, de impenhorabilidade a quantia de até quarenta salários mínimos poupada, seja ela mantida em papel moeda, conta-corrente ou aplicada em caderneta de poupança propriamente dita, CDB, RDB ou em fundo de investimentos, desde que a única reserva monetária em nome do recorrente, e ressalvado eventual abuso, má-fé ou fraude, a ser verificado caso a caso, de acordo com as circunstâncias do caso concreto (inciso X)."** (REsp 1230060/PR,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 29/08/2014).

3. A ressalva para aplicação do entendimento mencionado somente ocorre quando comprovado no caso concreto o abuso, a ma-fé ou a fraude da cobrança, hipótese sequer examinada nos autos pelo Colegiado a quo. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1315033/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 19/11/2018) [grifou-se]

Desta forma, tendo o acórdão recorrido afirmado que as quantias depositadas em aplicações financeiras e fundos de investimentos não estão abrangidas pelo art. 833, X, do CPC/15, julgou em contrariedade com a jurisprudência mais recente desta Corte.

**2.** Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que proceda ao reexame da questão à luz da mais recente jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator